

Tema: A necessidade de combater a violência obstétrica no Brasil

Introdução: O parágrafo parece bem estruturado, mas foge um pouco ao tema. Ao lermos, temos a sensação de que o texto falará sobre condições de gestação ou saúde das gestantes no Brasil.

Desenvolvimento I: O parágrafo não apresenta problemas estruturais, no entanto, o autor foge ao tema.

1	Não apenas as dores do parto
2	Dentre os graves problemas que assolam hoje a sociedade brasileira, é de se destacar a
3	situação da mulher durante a gravidez. Época naturalmente turbulenta e sensível em suas vidas,
4	tanto por questões de ordem biológica quanto de psicológicas, mas que costumava ser sinônimo
5	de alegria, é vivenciada hoje como um drama para muitas brasileiras e suas famílias. As cir-
6	cunstâncias sociais que fazem parte dessa fase e o tratamento dispensado às gestantes exigem
7	respostas eficazes por parte da sociedade e do poder público.
8	Em primeiro lugar, é preciso discutir a questão das gestações indesejadas em nosso país.
9	Muitos apontam que isso seria um reflexo da falta de planejamento familiar e de informação,
10	sobretudo nas camadas populares, nas quais o acesso à informação é mais frágil, particular-
11	mente na adolescência. Não é incomum que esses quadros gerem uma série de conflitos pessoais,
12	seja de ordem financeira, seja emocional, aumentando, assim, a taxa de abandono de recém-
13	-nascidos e de abortos clandestinos e colocando em risco muitas vidas. É evidente que se trata
14	de um problema de saúde pública.
15	Outro fator importante a ser analisado é a qualidade dos serviços de saúde destinados
16	a atender as gestantes, tanto no âmbito público quanto no privado. Um dos pontos mais levan-
17	tados recentemente sobre o sistema diz respeito à violência obstétrica. Práticas feitas durante o
18	parto prejudicam sua boa evolução, aumentando o risco de sequelas graves ou morte para mãe
19	e bebê e que atinge uma em cada quatro mulheres no Brasil, de acordo com a pesquisa Mulheres
20	Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, divulgada em 2010. Como fica claro no tí-
21	tulo da apuração da Fundação Perseu Abramo, esse cenário não se limita à rede pública, sendo,
22	portanto, e infelizmente, um problema "democrático" em sua abrangência.
23	Sendo assim, não é inapropriado concluir que os dramas enfrentados no Brasil pelas
24	grávidas não se reduzem às dores do parto. É preciso tomar atitudes buscando permitir que
25	essa fase seja tão bem vivida quanto deveria ser. Por essa razão, é preciso que o Ministério da
26	Saúde, em parceria com escolas, invista em campanhas de planejamento familiar, tendo como
27	alvo a população carente e os adolescentes. É relevante, por fim, um maior controle por parte
28	dos órgãos responsáveis, punindo os profissionais e hospitais que ajam de forma antiética, preju-
29	dicando a integridade da mulher e do recém-nascido, desde a fase pré-natal até o nascimento.
30	Resguardando os direitos das gestantes, estaremos lutando pelo futuro de nosso país.

Desenvolvimento II: O parágrafo não apresenta tópico frasal. Além disso, não há elemento coesivo que o conecte às outras partes do texto.

Conclusão: Por haver um problema na tese, o parágrafo de conclusão não a retoma de forma enxuta e precisa.

Tema: A necessidade de combater a violência obstétrica no Brasil

Sugestão de reescrita:

1	Não apenas as dores do parto
2	A gravidez é um período naturalmente turbulento e sensível, tanto por questões de ordem
3	biológica quanto de psicológicas. Gestantes vêm sendo vítimas de violência obstétrica, que consiste
4	em desrespeito, abusos, abusos, maus-tratos e até, em casos extremos, flagelação física, seja durante
5	a gestação, seja no momento do parto. Nesse sentido, a fim de se preservar a autonomia, as
6	integridades corporal e mental e a capacidade de decisão da mulher sobre seu corpo, é fundamental
7	que tal violência seja erradicada.
8	Em primeiro lugar, é preciso discutir a questão das gestações indesejadas em nosso país.
9	Muitos apontam que isso seria um reflexo da falta de planejamento familiar e de informação,
10	sobretudo nas camadas populares, nas quais o acesso à informação é mais frágil, particularmente na
11	adolescência. Não é incomum que esses quadros gerem uma série de conflitos pessoais, seja de ordem
12	financeira, seja emocional, aumentando, assim, a taxa de abandono de recém-nascidos e de abortos
13	clandestinos e colocando em risco muitas vidas. É evidente que se trata de um problema de saúde
14	pública.
15	Outro fator importante a ser analisado é a qualidade dos serviços de saúde destinados a
16	atender as gestantes, tanto no âmbito público quanto no privado. Um dos pontos mais levantados
17	recentemente sobre o sistema diz respeito à violência obstétrica. Práticas feitas durante o parto
18	prejudicam sua boa evolução, aumentando o risco de sequelas graves ou morte para mãe e bebê e
19	que atinge uma em cada quatro mulheres no Brasil, de acordo com a pesquisa Mulheres Brasileiras e
20	Gênero nos Espaços Público e Privado, divulgada em 2010. Como fica claro no título da apuração da
21	Fundação Perseu Abramo, esse cenário não se limita à rede pública, sendo, portanto, e infelizmente,
22	um problema “democrático” em sua abrangência.
23	Sendo assim, é imprescindível que mulheres nunca mais sejam submetidas a violências
24	obstétricas. É preciso tomar atitudes buscando permitir que essa fase seja tão bem vivida quanto
25	deveria ser. Por essa razão, é preciso que o Ministério da Saúde, em parceria com escolas, invista
26	em campanhas de planejamento familiar, tendo como alvo a população carente e os adolescentes. É
27	relevante, por fim, um maior controle por parte dos órgãos responsáveis, punindo os profissionais e
28	hospitais que ajam de forma antiética, prejudicando a integridade da mulher e do recém-nascido,
29	desde a fase pré-natal até o nascimento. Resguardando os direitos das gestantes, estaremos lutando
30	pelo futuro de nosso país.